

# NONA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 194

## Empossada a nova Administração do Tribunal Regional do Trabalho



 Inara Passos

*A nova presidente, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão; o vice-presidente, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, e o corregedor regional, desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior*



### TRT-PR passa a ter sete turmas

A Sexta e a Sétima Turmas de julgamento foram instaladas em dezembro, com a reorganização permitida pela criação de mais três cargos de desembargador na Justiça do Trabalho do Paraná.

► PÁGINA 16

### Conciliação é premiada pelo CNJ

O TRT paranaense recebeu a menção honrosa do Conselho Nacional de Justiça pela iniciativa de promover a conciliação na fase de admissibilidade do recurso de revista.

► PÁGINA 12

# Placa registra gratidão do TRT-PR a Milton Vianna

O descerramento da placa em homenagem a Milton Vianna, no dia 8 de dezembro, no Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), marcou o fim da exposição "Idealismo e Visão: centenário de nascimento de Milton Vianna", que exibiu, desde setembro, o acervo familiar de fotografias, documentos, anotações pessoais e cartas. "Foram quase noventa dias em que esteve aparente, aos olhos de todos, aquilo que já conservávamos e prosseguiremos guardando no coração: o imenso reconhecimento do Tribunal a Milton Vianna, não apenas visionário ou precursor, mas verdadeiramente batalhador em prol da aspiração de um Tribunal Regional do Trabalho sediado em Curitiba", disse a presidente do Tribunal, Rosemarie Diedrichs Pimpão.



A presidente do TRT-PR, Rosemarie Diedrichs Pimpão, e familiares do professor Milton Vianna junto à placa que o homenageia

  Leticia Gabriele

# Arion Mazurkevic é o novo ouvidor do Tribunal

O desembargador Arion Mazurkevic é o novo ouvidor do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR). Ele foi escolhido por aclamação, na sessão plenária do dia 1º de dezembro. A ouvidoria é exercida por desembargador eleito pela maioria dos membros efetivos do Tribunal, com mandato de um ano, permitindo-se a recondução. Só em 2011, chegaram à Ouvidoria do TRT-PR 2.572 manifestações provenientes de juízes, partes, advogados, servidores e pessoas da comunidade.



 Marcos Dias

## Expediente

### Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Vice-Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Corregedor Regional:

Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Diretor-Geral:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretária-Geral da Presidência:

Angelica Maria Juste Camargo

Secretária-Geral Judiciária:

Ana Cristina Lavalle

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Flaviane Galafassi, Nelson Copruchinski,

Gladimir Nascimento e

Maria Celeste Corrêa

Estagiários supervisionados

por jornalista profissional:

Bruno Calzavara, Daniella Féder,

Leticia Gabriele e Marcos Dias

Fotografia:

Inara Passos, Luiz Munhoz, Marcos Dias

e arquivo do TRT-PR

Revisão:

Flaviane Galafassi e Gladimir Nascimento

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Ilustração:

Thiago Venâncio

Tiragem:

500 exemplares

Disponível no site do TRT

[www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)

Impressão:

Gráfica Adescryn

Sugestões e opiniões para o NONA:  
Assessoria de Comunicação Social do TRT  
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar  
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR  
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171  
[ascom@trt9.jus.br](mailto:ascom@trt9.jus.br)

### Missão do TRT-PR

"Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".

### Visão do TRT-PR

"Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista".

# Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão assume a presidência do TRT-PR



 Inara Passos

*A nova presidente no momento da assinatura do termo de posse, no plenário do Tribunal*

**A** nova Administração do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, eleita em outubro, tomou posse no último dia primeiro de dezembro com uma mensagem de mobilização: aproximar o Tribunal, tanto quanto possível, da concretização do conceito constitucional da duração razoável do processo. “O ponto central, para o qual convergirá o feixe das atenções e ações desta Presidência, não poderá ser outro, senão o aperfeiçoamento dos serviços judiciários. Entregar Justiça ao cidadão do Paraná. Servir ao povo, porque administrar significa servir e atender às expectativas da sociedade”, ressaltou a nova presidente, Rosemarie Diedrichs Pimpão. Assumiram a vice-presidência e a corregedoria do Tribunal os desembargadores Altino Pedrozo dos Santos e Dirceu Buyz Pinto Júnior.

Para que a duração razoável do processo e a efetividade sejam alcançados, detalhou a desembargadora Rosemarie, haverá incentivo à conciliação e à uniformização da jurisprudência. “A conciliação e uniformização da jurisprudência contribuirão para reduzir o número de processos que se avolumam em sua fase executória”, disse ela, pois, ao pautar-se na conciliação, “ao aproximar as partes, facilitar o diálogo e conduzir à composição amigável, não apenas se reduz a despesa do Estado, os incidentes na execução e o tempo demandado para a solução dos conflitos: fomenta-se a Paz Social tão desejada pela sociedade”.

A presidente prevê que a experiência dos Juízos Auxiliares de Conciliação de Primeiro e Segundo Graus e a experiência vivenciada na conciliação, na fase de recurso de revista, irão constituir importantes pontos de partida para um novo tempo de pacificação entre trabalho e capital no Paraná. – “Sempre considere, com convicção: não há solução melhor do que aquela em que duas pessoas se olham nos olhos e apertam as mãos”. A conciliação, disse ela, é o ramo social por excelência do Poder Judiciário. – “Não há solução melhor do que aquela obtida a partir da aproximação das partes, olhos-nos-olhos, e da composição de seus interesses, consubstanciada no sincero, emblemático e conciliatório aperto de mãos.”

Rosemarie Diedrichs citou Edgar Morin e Sthéphane Hessel, “para quem as transformações que vivenciamos no presente são prelúdio de verdadeira mudança de época. O caminho da esperança sinaliza para a necessidade de se revitalizar a solidariedade, capaz de assegurar o bem-estar geral, para o qual também deve concorrer o desenvolvimento de autêntica racionalidade humana, restauradora da comunicação entre os diversos setores das instituições. É o que autoriza iniciativas criativas e a participação de todos em busca das soluções que se impõem. Como ressaltava Sérgio Massaru Takoi, o princípio da solidariedade torna forçoso materializar vínculos ope-



racionais e obrigacionais entre indivíduo e Estado, bem como destes com a sociedade, tanto no campo ético, como político, social, jurídico e econômico, encontrando, assim, enormes possibilidades de expansão e aplicação.”

Outra ferramenta destinada ao cumprimento dos objetivos de imprimir efetividade ao princípio da duração razoável do processo, enfatizou a presidente, será a uniformização da jurisprudência. “Uniformização, ressalte-se, que não se confunde com o embaraço ao convencimento pessoal ou à criatividade do magistrado. Trata-se, sim, de exercitar um juízo de ponderação intenso, em benefício do jurisdicionado, para conferir-lhe a indispensável segurança jurídica”.

## Rosemarie Diedrichs Pimpão



Nascida em Imbituva, Rosemarie Diedrichs Pimpão formou-se em Direito pela UFPR e ingressou na magistratura em 1982, tendo instalado as Varas do Trabalho, então Juntas de Conciliação e Julgamento, de Paranaíba e de Foz do Iguaçu. Também atuou nas Unidades Judiciárias de Paranaíba e 8ª de Curitiba. Desembargadora desde 1996, foi presidente da 4ª, 3ª e 2ª Turmas do Tribunal e diretora da Escola Judicial, tendo sido eleita para a vice-presidência no biênio 2009/2011. Foi indicada pelo Conselho Estadual da Mulher, no ano de 1999, como uma das mulheres, na esfera da Justiça, que ajudou “a construir este século”, e indicada pela Revista do SENAP (Sociedade Nacional de Pesquisa de Opinião Pública), edição Maior Personalidade, como a “Magistrada da Justiça do Trabalho de Final do Século - 1999”.

## Altino Pedrozo dos Santos



Paulista de Tanabi, o desembargador Altino Pedrozo dos Santos ingressou na Justiça do Trabalho em 1988. Foi juiz presidente das então Juntas de Conciliação e Julgamento de Toledo, 2ª de Londrina e 3ª e 18ª de Curitiba. Em 1998, foi promovido, por merecimento, para o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. Foi juiz convocado pelo Tribunal Superior do Trabalho, de agosto de 2000 a dezembro de 2002 e de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2006. Foi conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na gestão 2007/2009. É especialista em Direito pela Universidade de Castilla-

Dirigir o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, o quinto maior do Brasil, composto de 31 desembargadores e tendo jurisdição sobre todo o território paranaense, em 86 Varas do Trabalho, com 172 juízes e mais de 2 mil servidores, é um desafio que exige alta dose de compromisso, comentou Rosemarie Diedrichs. Os Tribunais, prosseguiu a nova presidente, “devem exercer o protagonismo pregado pelo jusfilósofo Boaventura de Sousa Santos, para quem é necessário que os tribunais chamem para si, naquilo que lhes competir, a responsabilidade de reverter uma sensação quase generalizada da sociedade contemporânea: a de que a modernidade está a descumprir as promessas e expectativas que suscitou.”

A desembargadora fez cursos na École de Magistature, de Paris, bem como na Cour d’Appel e na Cour de Cassation (2006). Participou do Congresso de Estudos sobre Normas Internacionais do Trabalho na Organização Internacional do Trabalho, em Genebra e em Turim (2007). Participou de estudos na Corte Constitucional alemã de Karlsruhe, na Corte de Trabalho Regional de Erfurt e no Parlamento alemão (Reichstag), em Berlim (2008). Atuou, ainda, no Congresso Internacional no Centro de Estudos Judiciários de Lisboa.

Foi condecorada com a comenda da Ordem do Mérito “Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge”, no grau Grã-Cruz, outorgada pelo TRT da 19ª Região (Alagoas). Foi condecorada com o grau Grã-Cruz da ordem das Cataratas, por ter contribuído para a implementação da Justiça do Trabalho na cidade de Foz do Iguaçu. Em março de 2011, foi homenageada no Dia Internacional da Mulher pelo Soroptimist International, em reconhecimento aos relevantes serviços jurídicos prestados à comunidade. Recebeu, em 2011, os títulos de Cidadã Benemerita de Imbituva e de Cidadã Honorária de Ponta Grossa.

-La Mancha, na Espanha. Em sua carreira, também atuou como advogado, de 1976 a 1988, assessor técnico e jurídico da Câmara Municipal de Goioerê, de 1977 a 1979, e assessor Jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãozinho, Paraná, de 1981 a 1988. Foi professor concursado de Prática de Processo Civil na Universidade Estadual de Londrina, de 1986 a 1990.

Foi condecorado com a “Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho”, no grau de Comendador, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho; medalha comemorativa dos 61 anos da instalação da Justiça do Trabalho e 56 de sua integração no Poder Judiciário, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, e “Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha”, no grau de Oficial, concedida pelo Tribunal do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais). Também recebeu título de Cidadão honorário das cidades de Londrina (PR) e Goioerê (PR).

## Dirceu Buyz Pinto Junior



O corregedor regional do Trabalho é natural de Porto Alegre (RS). O desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior ingressou no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná em 1977 como servidor.

Em 1987, tomou posse como juiz substituto, e em 1989 foi promovido, por antiguidade, a juiz titu-

lar da recém inaugurada Junta de Conciliação e Julgamento de Campo Mourão.

Também foi juiz titular da 7ª Vara do Trabalho de Curitiba. Em agosto de 2000, foi promovido, também por antiguidade, para o TRT-PR. Foi, por duas vezes, presidente da 5ª Turma, presidente da Seção Especializada e ouvidor da Justiça do Trabalho do Paraná. É mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde também atuou como professor substituto. Atualmente, é professor de Direito do Trabalho na Unicuritiba (licenciado) e da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra).



Rosemarie Diedrichs com a mãe e os filhos



A nova presidente recebe os cumprimentos do governador Beto Richa, momentos antes da cerimônia de posse



O ministro Fernando Eizo Ono (TST) e desembargadora (aposentada) Wanda Santi Cardoso da Silva



Aproximadamente setecentas pessoas compareceram à cerimônia, no plenário do TRT-PR



Rosemarie Diedrichs Pimpão



Jason Silva

*Vista geral do plenário, com a mesa já sob o comando da nova presidente*



Jason Silva

*Desembargador Altino Pedroso dos Santos,  
novo vice-presidente*



Jason Silva

*Desembargador Dirceu Buyz Pinto Júnior,  
novo corregedor regional*

# Comissão de acompanhamento do planejamento estratégico inicia trabalhos

*Grupo busca continuidade da ação para os próximos anos*

Foi realizada, no dia 19 de janeiro, a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) em 2012. O vice-presidente do TRT e presidente da Comissão, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, abriu a reunião e informou aos membros da comissão que a administração está aberta a sugestões e propostas sobre o Planejamento Estratégico do TRT-PR.

O Planejamento Estratégico do Regional paranaense é conceituado na RA 23/2010, como “instrumento de construção do futuro, fundado em elementos de conjuntura política, econômico-financeira, legal, tecnológica e cultural. Revela-se ferramenta de governança corporativa dinâmica e contínua. Tem por objetivo evitar ações gerenciais-redundantes ou contraditórias, maximizando resultados com os recursos disponíveis”.

O diretor da SEPEGE – Secretaria de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística, Assis Ribeiro, fez exposição relativa à continuidade dos trabalhos do planejamento estratégico, que irá se basear em três diretrizes de ação: razoável duração do processo, efetividade das decisões

e saúde ocupacional. Embora o plano vislumbre o horizonte de cinco anos, entre 2012 e 2016, a prioridade é o biênio atual.

A desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista enfatizou a importância do planejamento estratégico como instrumento para proposição e avaliação de resultados. “Com o planejamento estratégico, ao fim de dois anos a administração terá uma boa visão da execução dos objetivos propostos”, disse ela.

O juiz Paulo Henrique Kretzschmar e Conti enfatizou o caráter pluralista dos trabalhos ao lembrar que a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs-Pimpão, “quer fazer um plano de gestão de forma colaborativa, democrática e participativa”.

Estiveram presentes também os desembargadores Edmilson Antonio de Lima, Neide Alves dos Santos, o juiz Eduardo Milléo Baracat, o diretor-geral do TRT-PR, Vanderlei Crepaldi Peres, a coordenadora de projetos, Laiz Mukai, e o diretor substituto da SEPEGE, Divino Julian.

  Luiz Munhoz



*Os desembargadores Altino Pedrozo dos Santos, Rosalie Michaela Bacila Batista e Neide Alves dos Santos*

# Londrina recebe uma das mais modernas instalações judiciárias de todo o Paraná



*Vista da entrada principal do novo fórum*

**F**oram entregues, em 29 de novembro, as obras da sede do novo Fórum Trabalhista de Londrina, uma das mais modernas instalações judiciárias do Paraná. "Com a conclusão da obra do novo Fórum Trabalhista de Londrina, se fez justiça. A atual instalação não é adequada para o atual volume de processos, e o novo espaço propiciará um melhor atendimento ao cidadão que procura pela Justiça do Trabalho", ressaltou o desembargador Ney José de Freitas, a dois dias de encerrar seu mandato como presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR).



*O amplo saguão do novo fórum de Londrina ficou lotado com os convidados para a inauguração*

O Fórum Trabalhista de Londrina foi construído no antigo barracão do IBC (Instituto Brasileiro do Café), com área reformada de 7.200 m<sup>2</sup>, que, somada à área construída, de 9 mil m<sup>2</sup>, perfaz o total de 16.200 m<sup>2</sup>. "Inaugurar este prédio – seguramente o segundo maior Fórum Trabalhista do Interior do Brasil", disse Ney Freitas, "é fazer justiça à pujança econômica, ao movimento processual e à importância de Londrina nos campos jurídico, político e social. Exceto a cidade de Campinas, que também é sede de um Tribunal Regional do Trabalho, já não havia no País cidade nenhuma, que não integrasse a Região Metropolitana de uma Capital de Estado, com quantidade superior às sete Varas do Trabalho de Londrina. A partir de hoje, igualmente, não haverá Fórum maior e mais adequado do que este, nem mesmo em municípios com população maior que a de Londrina, como Ribeirão Preto, Juiz de Fora, São José dos Campos, Uberlândia, Joinville ou Feira de Santana." As Varas do Trabalho deverão ser transferidas para o novo espaço em abril.



*A desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista e a juíza Neide Akiko Fugivala Pedroso desençam a fita*



*O desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos*

# Prevenindo a Trombose Venosa Profunda

## O que é Trombose Venosa Profunda (TVP)?

A TVP é a formação de um trombo em uma veia profunda do corpo, em geral em membros inferiores, cerca de 90% dos casos, segundo a Sociedade Brasileira de Angiografia e Cirurgia Vascular (SBACV).

Trombo é o termo utilizado para definir a formação de um coágulo do sangue, ou seja, é a transformação do sangue da forma líquida para a forma sólida, através de uma reação química dos componentes do próprio sangue (proteínas, hemácias, etc), ao que damos o nome de coagulação sanguínea. Quando o fenômeno de coagulação sanguínea ocorre em uma veia profunda, tem-se a formação da Trombose Venosa Profunda.

## Quais as consequências da Trombose Venosa Profunda?

O coágulo formado desencadeia um processo inflamatório e impede a passagem de sangue, obstruindo o sistema venoso e causando um grave transtorno ao sistema circulatório.

Devido ao processo inflamatório e à obstrução, desenvolve-se um edema (inchaço) e dor no membro afetado.

A trombose pode também evoluir para tromboembolia pulmonar (TEP), muitas vezes gravíssima, por vezes fatal. Ocorre quando o coágulo é fragmentado e viaja livre pela circulação sanguínea até alcançar o pulmão, obstruindo a passagem do sangue parcial ou completamente, levando a graves problemas cardíacos e pulmonares. Cerca de 40% dos casos de trombose evoluem para tromboembolia pulmonar.

## Fatores de Risco para o desenvolvimento da TVP

A formação de trombos é desencadeada pelos fatores ativadores da coagulação ou pela inibição dos fatores anticoagulantes, tais como:

**1) Estase:** é a lentificação do fluxo venoso. As situações relacionadas à estase ocorrem durante a inatividade física prolongada, tal como permanecer sentado ou deitado por longo período de tempo.

Exemplos:

- ▶ viagens prolongadas com pouca mobilidade;
- ▶ cirurgias prolongadas e/ou pós operatório com restrições de movimentação
- ▶ pessoas acamadas
- ▶ pessoas com dificuldade de locomoção
- ▶ obesidade
- ▶ insuficiência cardíaca

**2) Estado de Hipercoagulabilidade:** proporciona desequilíbrio dos fatores pro-coagulantes.

Exemplos:

- ▶ gestação

- ▶ uso de contraceptivo hormonal (anticoncepcional)
- ▶ terapia de reposição hormonal
- ▶ portadores de hemofilia

## 3) Outros fatores de risco:

- ▶ Tabagismo: por favorecer complicações venosas
- ▶ Idade: quanto maior a idade, mais rígidas se tornam as veias do corpo, favorecendo a formação de trombos. Maior incidência após os 40 anos de idade.
- ▶ Neoplasias (câncer)
- ▶ Trombose anterior
- ▶ Infecção
- ▶ Traumatismo (acidentes, corte e ferimento)

## Como prevenir a Trombose

A principal maneira de evitar a TVP é combater a estase venosa, ou seja, fazer o sangue venoso circular, facilitando seu retorno ao coração que o bombeará ao corpo novamente formando um harmonioso ciclo cardiocirculatório.

## Siga as recomendações:

- ▶ Movimente-se sempre que possível durante o trabalho, participe da ginástica laboral.
- ▶ Nas situações em que necessite permanecer sentado por muito tempo, movimente os pés como se estivesse pedalando uma máquina de costura.
- ▶ Se permanecer em pé, parado, por muito tempo, mova-se discretamente como se estivesse andando, sem sair do lugar, dobre os joelhos e movimente os pés de cima para baixo.
- ▶ Em viagens prolongadas, beba bastante líquido, evite a bebida alcoólica e medicamentos para dormir.
- ▶ Caminhe. A marcha é um excelente exercício para estimular o retorno venoso.
- ▶ Evite o fumo.
- ▶ Mantenha o peso dentro de limites saudáveis.
- ▶ Use meias de compressão elástica se tiver veias varicosas em membros inferiores.
- ▶ Procure atendimento médico a qualquer suspeita de trombose.

\*\* Link recomendado:

<http://www.sbacv.com.br/index.php/publico/tvp>

## Elaboração

Bruna D. F. Marcondes Machado e Mariana M. Ribeiro (enfermeiras do TRT)  
Luciana de Cerjat Bernardes P. da Cunha (médica cardiologista do TRT)  
Cecilia B. de Falco e Thaís Vieira (fisioterapeuta do TRT)

# SIGA AS RECOMENDAÇÕES



Movimente-se sempre que possível durante o trabalho, participe da ginástica laboral.



Nas situações em que necessite permanecer sentado por muito tempo, movimente os pés como se estivesse pedalando uma máquina de costura.



Se permanecer em pé, parado, por muito tempo, mova-se discretamente como se estivesse andando, sem sair do lugar, dobre os joelhos e movimente os pés de cima para baixo.

Em viagens prolongadas, beba bastante líquido, evite a bebida alcoólica e medicamentos para dormir.



Evite o fumo.



Mantenha o peso dentro de limites saudáveis.

Use meias de compressão elástica se tiver veias varicosas em membros inferiores.

Caminhe. A marcha é um excelente exercício para estimular o retorno venoso.



Procure atendimento médico a qualquer suspeita de trombose.

# Conciliação no TRT-PR é reconhecida pelo CNJ como prática inovadora

*Acordos realizados pela Vice-Presidência em processos que seguiriam para o TST ganham menção honrosa do CNJ*

A experiência do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) na realização de acordos em processos que poderiam seguir para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como inovadora, criativa e com resultados comprovados na melhoria da relação social de partes que estão em conflito judicial. Por criar essa prática na Vice-Presidência, a atual presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, recebeu, no dia 14 de dezembro, em Brasília, menção honrosa no II Prêmio Conciliar é Legal, promovido pelo CNJ.

O prêmio é concedido pelo Movimento pela Conciliação, coordenado pelo CNJ, e tem como objetivo identificar, premiar e disseminar experiências que contribuem

para a pacificação de conflitos, modernização, rapidez e eficiência da Justiça brasileira.

O tema deste ano foi “Conciliação com usuários frequentes (grandes litigantes) ou grandes casos”. Foram premiados tribunais nas categorias Justiça Estadual, do Trabalho e Federal, quanto às práticas exitosas e também quanto aos índices de acordos alcançados durante a Semana Nacional de Conciliação, realizada de 28 de novembro a 2 de dezembro.

► **RESULTADOS** - A iniciativa de realizar audiências de conciliação em processos em fase de admissibilidade de Recurso de Revista – momento em que os processos são analisados pela Vice-Presidência do TRT-PR quanto à possibilidade de seguirem para o Tribunal Superior – partiu da desembargadora Rosemarie quando vice-presidente do Tribunal. Desde



*A ministra Eliane Calmon, corregedora nacional de justiça, afirmou que outros tribunais poderiam ser estimulados para adotar a prática assumida pela Justiça do Trabalho no Paraná*

que colocou em prática a estratégia, em maio de 2011, o TRT-PR realizou 432 audiências nessa modalidade, com 280 acordos homologados (êxito de 65%), com mais de R\$ 13 milhões acordados. "Os índices altíssimos que obtivemos na Vice-Presidência, com acordos que variaram de R\$ 500 até R\$ 1,5 milhão, revelam o acerto da decisão de aproximar as partes e incentivar a conciliação nesse momento processual", enfatiza a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, que assumiu a Presidência do TRT-PR em dezembro e afirma que a conciliação continuará sendo uma das prioridades na administração do TRT-PR.

A cerimônia de premiação foi presidida pela ministra Eliana Calmon, corregedora nacional da Justiça, que ressaltou a mudança cultural provocada pelo Movimento Nacional pela Conciliação, liderado pelo Conselho Nacional de Justiça. "Estamos aqui para comemorar algo que já aconteceu, e é muito bom quando estamos não inaugurando, mas efetivamente entregando o resultado de uma etapa vencida, e vencida com um sucesso extraordinário", disse a ministra Eliana Calmon, que prosseguiu: "O projeto de conciliação é realmente um projeto que deu certo e a cada ano fica mais intenso. Por que ele é importante? Porque está mudando a cultura, está ensinando aos brasileiros e direcionando a magistratura para uma nova realidade. A nova realidade é

que precisamos ser um país civilizado, onde não temos de recorrer ao Estado sempre que alguma coisa não está bem. A solução primeira tem de partir de nós mesmos. Temos de ser civilizados na convivência com nossos semelhantes e resolver os nossos problemas e conflitos. A conciliação, ao tempo em que retira do Judiciário milhares de processos, ensina ao povo brasileiro, ao jurisdicionado, que ele deve se comportar de forma mais civilizada, ou seja, dialogar. O diálogo é a grande sacada do século 21. Não podemos estar na nossa, temos de estar na de todo mundo, temos de ser, antes de tudo, seres sociais, e a conciliação ensina isso."

O presidente da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania, desembargador Ney José de Freitas, ex-presidente do TRT-PR, destacou o "amplo esforço no sentido da mudança de cultura do juiz. Não há possibilidade de qualquer tipo de modificação da realidade do ponto de vista externo; é preciso primeiro que o juiz mude o seu comportamento a respeito dessa forma de solução de litígio. Ainda há, lamentavelmente, magistrados que optam por sentenças, porque há uma pressão muito grande por produtividade, e geram recursos e mais recursos, quando ainda há possibilidades de conciliação."

*Ascom/TRT-PR, com informações da Assessoria de Comunicação do CNJ*

## PR organiza pagamento de precatórios

Um Decreto do Governo do Paraná (Decreto 2973 de 11 de outubro de 2011) vai permitir o pagamento de precatórios pela ordem única e crescente de valores até R\$ 70 mil e que foram inscritos até junho de 2010. Nessa condição, encontram-se 117 precatórios relacionados a



*O procurador-geral do Estado, Julio Cesar Zem Cardozo, com a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão*

processos envolvendo o Governo do Estado na Justiça do Trabalho.

A assinatura do Decreto é resultado de uma forte atuação dos tribunais do Trabalho e de Justiça do Paraná, que vinham negociando com o Governo do Estado uma forma de pagamento dos precatórios após a Emenda 62.

O pagamento, segundo o procurador Geral do Estado, Julio Cesar Zem Cardozo, deve ocorrer após a conclusão da lista de precatórios que deverão ser pagos à Justiça Estadual. Somados os precatórios da Justiça Estadual e os da Justiça do Trabalho será possível verificar quais serão pagos pela ordem crescente de valor.

"Assim que a Justiça Estadual concluir essa listagem poderemos realizar os pagamentos. O Governo do Paraná deposita 2% da receita corrente líquida numa conta específica para esses pagamentos", informou o procurador.

Ele esteve no dia 30 de novembro, no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, onde visitou a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão (vice-presidente na época). A Vice-Presidência é a responsável pelos processos cujo pagamento devem ser realizados por precatórios. Também estavam na reunião o vice-presidente, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, e o diretor da Secretaria de Conciliação e Execução em Face da Fazenda Pública, Valdir Stremel.

# Paraná faz acordo em mais de mil processos na Semana da Conciliação

*Facebook foi uma das ferramentas utilizadas*

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) realizou, durante a Semana Nacional da Conciliação, de 28 de novembro a 2 de dezembro, 1.114 acordos, que resultaram no pagamento de R\$ 14,3 milhões. Foram 2.369 audiências realizadas pelas unidades participantes do Circuito da Conciliação: 34 Varas do Trabalho, Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Grau, Projeto Horizontes (que atua nos processos que estão no arquivo provisório) e Vice-Presidência do Tribunal. No mesmo período, também foi realizada a Semana Nacional da Execução Trabalhista.

No esforço para localizar partes envolvidas nos processos, os servidores dos Juízos Auxiliares encontraram um novo mecanismo de pesquisa, o Facebook. “O perfil é uma ferramenta que permite encontrar pessoas rapidamente. A nossa página já contactou várias pessoas que nos retornaram em busca de informações sobre os processos pendentes”, conta a chefe da Divisão de Conciliação, Marieta Giannico de Coppio Siqueira Nobile.

Quem quiser seguir as novidades sobre a conciliação no TRT-PR no Facebook pode acessar a página no endereço [www.facebook.com/jacs.trtpr](http://www.facebook.com/jacs.trtpr). Também pode curtir-la dire-

tamente no site do Tribunal – [www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br).

Foi por meio das redes sociais que a equipe do TRT localizou o representante de um restaurante em Curitiba. O ex-sócio tinha 30% da empresa e já não fazia mais parte da sociedade quando o processo deu entrada no Tribunal. A audiência em busca do acordo foi realizada no dia 28. “Ele já tinha sido chamado e não havia comparecido. Constatamos dos autos outros dois sócios estrangeiros, mas através desse ex-sócio conseguimos finalizar dois acordos”, relata a juíza Isabella Braga Alves, responsável pela conciliação. A juíza destacou ainda que “as redes sociais ajudam não apenas na comunicação entre as pessoas, de uma forma geral, mas também na localização e finalização dos processos trabalhistas”.

Durante a Semana, o Juízo Auxiliar de Conciliação também promoveu acordo em um processo com Embargos de Terceiro (quando o solicitante não é responsável direto pelo débito trabalhista). O autor fez acordo para liberação do imóvel que havia comprado e que estava penhorado como garantia do processo.

 Marcos Dias



*Partes em litígio negociam acordo, com apoio da equipe do Tribunal*

# Agenda da Responsabilidade para 2012

A Comissão de Responsabilidade Socioambiental recheou o calendário de 2012 com seminários, palestras e outros projetos, que têm como objetivo fortalecer o comportamento socialmente responsável no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná e na comunidade. A Comissão busca mudanças positivas de comportamento, implantando novos padrões de consumo, promovendo o exercício da cidadania plena e ampliando o conhecimento sobre a sustentabilidade. Todas as ações que contribuam para o enriquecimento destes valores podem ser computadas como horas de treinamento e qualificação, tanto para os servidores e magistrados como para pessoas de fora do Tribunal.

## Projetos previstos para este ano

▶ **Seminário “Compras Públicas Sustentáveis”:** Tem como público-alvo os servidores que trabalham diretamente no processo de contratações, e vai debater o tema das licitações sustentáveis.

▶ **Ambientação “Prestadores de Serviço Terceirizado”:** É uma ação de treinamento destinada aos prestadores de serviço terceirizado, que tem como metas divulgar informações institucionais, promover a conscientização sobre a Coleta Seletiva Solidária e sobre questões comportamentais e de etiqueta no local de trabalho.

Dia das Mães - apresentação da palestra “Quebrando o Silêncio”: A Sargento Tânia Guerreiro, especialista em combate à pedofilia, vai alertar sobre os perigos e à falta de legislação específica sobre o tema.

▶ **Semana do Trabalhador:** Na semana de comemoração do Dia Mundial do Trabalho, será instalado, no Fórum Trabalhista de Curitiba, serviço de distribuição de 1º grau, um posto de atendimento para consultas de ofertas de emprego no mercado de trabalho local. Os servidores e magistrados podem participar encaminhando ao posto pessoas que estejam desempregadas e em busca de emprego. Esta ação tem parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SEPT).

▶ **IV Encontro de Multiplicadores da Responsabilidade Socioambiental:** Tem o objetivo de capacitar os multiplicadores da Comissão na conscientização dos demais servidores sobre a temática ambiental e os desafios da sustentabilidade. Este encontro é realizado anualmente e funciona como um momento de troca de experiências. A quarta edição está prevista para os dias 31/5 e 1/6 e vai abordar a sustentabilidade como princípio constitucional e direito ao futuro, com palestras que vão priorizar a prática.

▶ **Projeto de Inclusão Digital:** A continuidade do projeto de inclusão digital “Roberto Dala Barba” vai oferecer um curso de microinformática básica a grupos de pessoas que buscam vagas no mercado de trabalho. Os participantes serão instruídos por servidores voluntários, que podem se cadastrar junto à Comissão de Responsabilidade Socioambiental.

▶ **Lançamento do “Programa Alfabetização”:** A Seção de

Responsabilidade Socioambiental vai repassar à Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) os dados das pessoas iletradas que forem identificadas nas unidades judiciárias. Para isso, será criado, no controle de tramitação administrativa (CTA), um formulário denominado “Cadastro Alfabetização”. Os servidores das Varas do Trabalho que tiverem conhecimento de pessoas não alfabetizadas podem cadastrá-las no sistema, informando nome completo, endereço, RG e CPF do interessado. Este programa é fruto da assinatura do Termo de Cooperação Técnica 26/2011, celebrado entre o Tribunal e a SEED.

▶ **Cadastramento de instituições para recebimento de doações:** Será aberto um edital para o credenciamento de instituições que estejam interessadas em receber doações. O cadastro deve ser feito a partir de um pedido que descreva as necessidades da instituição, de acordo com as campanhas e os bens que não são mais utilizados pelo TRT-PR. O cadastramento deve ser devidamente instruído com a documentação exigida pelo Decreto nº 99.658/1990: “Pedido de cadastramento, indicando materiais que possuem necessidade e quantitativo; Certidão de Utilidade Pública Federal; Ata e Estatuto que institui o conselho diretor da instituição.”

Os servidores e magistrados podem entrar em contato com instituições que necessitem de doativos para informá-las a respeito do edital, que está previsto para março de 2012.

▶ **Farmácia Solidária:** Muitos medicamentos acabam sendo inutilizados e perdem o prazo de validade. Antes que isso aconteça, eles podem ser doados a hospitais e postos de saúde, onde serão aproveitados. O descarte deste tipo de material é um problema, pois remédios vencidos são poluentes e contaminam o solo quando não são descartados no “Lixo Tóxico”. Medicamentos que ainda estejam dentro do prazo de validade podem ser encaminhados à Seção de Responsabilidade Socioambiental, para serem entregues ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

▶ **Coleta de óleo de cozinha usado:** Embora o Tribunal não produza este tipo de resíduo, criou pontos de coleta para evitar o despejo inadequado no meio ambiente. Quando o óleo de cozinha é despejado no ralo ou junto com o lixo doméstico, provoca o entupimento das redes de esgoto, o que aumenta os custos de tratamento. Além disso, a decomposição desse produto emite gás metano, o mesmo gás responsável pelo efeito estufa e, portanto, pelo aquecimento global. O óleo coletado pelo TRT-PR é encaminhado à Cooperativa de Reciclagem CATAMARE, que o utiliza na produção de biodiesel. Para descartar o seu óleo de cozinha corretamente, basta armazená-lo em garrafas pet e descartá-lo em uma das três bombas coletoras: na garagem do edifício da Rua Vicente Machado, nº 400, no subsolo do edifício da Al. Carlos de Carvalho, nº 528 ou na sala da Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental, que fica na Rua Vicente Machado, nº 147, no 1º andar.

 Daniella Féder

# Sexta e Sétima turmas iniciam atividades



*Cerimônia de instalação da Sétima Turma, presidida pelo desembargador Tobias de Macedo Filho*

A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, instalou oficialmente, no dia 7 de dezembro, a 7ª Turma de magistrados do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR). Com isso, foi concluída a reorganização das turmas julgadoras, iniciada com a instalação da 6ª Turma, em 30 de novembro.

Dezoito anos se passaram no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná desde a instalação da 4ª e da 5ª Turmas de magistrados, ocorrida em 9 de abril de 1993. Em 2011, o TRT-PR, que tinha 28 desembargadores, distribuídos em cinco grupos, teve a aprovação, pelo Congresso Nacional, com sanção da presidente Dilma Rousseff, de mais três cargos de desembargadores. A nova composição foi organizada em sete Turmas, cada uma delas com quatro desembargadores, já que a presidente, o vice-presidente e o corregedor não atuam nas turmas.

Na 6ª Turma atuam os desembargadores Arnor Lima Neto, Ney José de Freitas, Sérgio Murilo Rodrigues Lemos e Sueli Gil El Rafihi. Na 7ª, estão os desembargadores Ubirajara Carlos Mendes, Rosalie Michaelle Bacila Batista, Benedito Xavier da Silva e Tobias de Macedo Filho.

“O TRT escreve hoje mais uma página de sua história, tendo como protagonista a mesma pessoa que subscreveu a instalação deste Tribunal, o presidente desta Turma, respeitado decano desta corte, desembargador Tobias de Macedo Filho”, disse a presidente do Tribunal, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, na cerimônia de instalação da última turma.

O decano é o último integrante da composição inicial do TRT, de 1976. “A emoção é muito grande e a alegria é intensa. Este será, provavelmente, o meu último mandato, e é uma honra, além de uma grande responsabilidade, presidir a 7ª Turma”, disse Tobias de Macedo.



*Desembargadora Sueli Gil El Rafihi, presidente da Sexta Turma*



*Desembargador Tobias de Macedo Filho assina o termo de posse na presidência da Sétima Turma*